



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025**  
**(à MPV 1300/2025)**

Suprimam-se os incisos I, III, IV e VI do § 1º-Q do art. 26; e dê-se nova redação ao *caput* do § 1º-U do art. 26, todos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 26.** .....

.....

**§ 1º-Q.** .....

**I** – (Suprimir)

.....

**III** – (Suprimir)

**IV** – (Suprimir)

.....

**VI** – (Suprimir)

.....

**§ 1º-U.** Para todos os contratos firmados antes de 31 de dezembro de 2025, a aplicação dos descontos e da apuração não previstas no § 1º-P ficam válidas até dezembro de 2045.

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo de desconto na TUSD é um dos pilares da viabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de ACL dos consumidores de média e alta tensão. Assim, a volatilidade de preços que o ambiente proporciona somados com a **perca automática do benefício** no término dos contratos celebrados exponenciam o risco ao consumidor que opera no ambiente livre, podendo,



inclusive, levar o consumidor a pagar por energia elétrica mais cara do que o ambiente de mercado regulado. Este ponto, inclusive, pode ser considerado como contravenção à segurança jurídica que o setor elétrico necessita para operação dos agentes envolvidos.

Tal cenário de perda automática do benefício piora com o prazo de antecedência mínima de 5 anos de retorno do consumidor livre e especial ao ambiente de contratação regulada, cobrados pelas distribuidoras, conforme definido pelo Art. 170 da REN 1000.

Por esse motivo, se defende que, para aqueles consumidores que estão ativos e com contratos ajustados na Câmara de Comercialização, seja previsto um direito adquirido de 20 anos para que os descontos na TUSD sejam mantidos nos contratos celebrados antes de 31 de dezembro de 2025, excetuado as situações no § 1º P proposto por nossa redação.

Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

**Deputado Lucio Mosquini**  
**(MDB - RO)**

